

Canudos: Uma e dez cidades

Por Paulo Miyada

Mil setecentos e alguma coisa quando uma aldeia ao norte da Bahia nasce como se sem pretensões de futuro ou história. Empresta da fazenda mais próxima seu nome: Canudos.

Na última década antes de principiar o século XX, a aldeia cresce vertiginosamente e recebe uma nova alcunha: Belo Monte. Para melhor aguardar uma futura graça divina, despossuídos do nordeste do país decidiam construir o seu presente por si mesmos, longe da guarda dos antigos senhores – de engenho – e dos novos flagelos – tributários. Soberanos em sua submissão a senhores ausentes – Deus e o Rei – aglutinaram-se em torno de Antônio, transformando a terra, trabalhando o homem e vivendo a luta, esta última que se repetiu uma, duas, três e quatro vezes. Conheceram a ira dos novos flagelos instigados pelos antigos senhores. Mais rápido do que cresceu, a cidade foi destruída, deixada como ruína manchada de sangue, cinzas e pólvora.

Mesmo com todo o sangue e todas as cabeças cortadas, das mais de vinte mil pessoas massacradas sobrou o que chamamos de sobreviventes – incluindo os soldados republicanos que deixaram-se ficar nos arredores das ruínas. Mais de

dez anos depois, refundaram a cidade de Canudos, agora carregada por histórias, mas novamente sem promessa de futuro.

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, o sonho desenvolvimentista inundava a imagem populista do país e acabou por prometer inundar, também, Canudos. O sertão não virou mar, mas a antiga/nova cidade foi substituída, já durante a ditadura militar, por um açude, promessa de abundância para a região. A região, bem, não se tornou tão abundante, mas um novo vilarejo cresceu durante a construção da barragem. Cocorobó era o nome da fazenda que foi emprestado à barragem e depois ao vilarejo, mas, quando este cresceu um pouco e virou cidade, na década de 1980, resolveu exumar o título de Canudos, impregnado com ainda mais história e, aparentemente, menos futuro.

Com pouca terra fértil, a Canudos que iniciou o século XXI é magra. Guarda algumas raquíticas lembranças em memoriais improvisados e na conversa fiada dos mais velhos. Pouco planta, pouco produz. A principal fonte de renda para muitos dentre os que não debandaram dali são as bolsas-auxílio do governo federal. O tempo passa enquanto os moradores colhem os frutos secos das decisões de Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Collor, Lula e tantos outros.

Contra os prognósticos mais prováveis, Canudos adentrou a segunda década do século XXI como uma promessa de futuro. Com os planos do novo governo federal – interessado em reestabelecer uma imagem populista e desenvolvimentista no país após todo o sofrimento dos jogos olímpicos – a cidade possui uma obra arquitetônica de excelência em construção (o Museu da Seca projetado pelo escritório da mais famosa arquiteta iraquiana na história), um sítio de grande potencial turístico (o Parque Canudos, antiga Estação Biológica aprimorada com duas montanhas russas e um teleférico) e um setor produtivo em ascensão: a agricultura industrial promovida com o aproveitamento da água do açude (após as intervenções técnicas que transformaram o pH básico da água na região). A população tem crescimento positivo após muitos anos de envelhecimento e retração, o que incentiva também novos lançamentos imobiliários ao pé do açude, sobre as ruínas de Canudos Velho.

A crise econômica dos anos 2070 fez-se sentir por todo o nordeste do país, deixando a cidade de Canudos em suspensão. Com a quebra da indústria de agricultura e a retração do turismo, entraram em colapso as linhas de crédito e financiamento onipresentes nos novos lançamentos do Bairro Novo de Canudos Velho – foi o que desencadeou o fechamento do principal banco da região e a demolição de diversas obras em construção.

Alguns anos antes de encerrar o milênio, no aniversário da destruição de Canudos/Belo Monte, um grupo de jovens idealistas resolve promover uma nova peregrinação à cidade. Eles passam direto pelas cidades fantasmas deixadas em torno do açude e constroem um deck flutuante sobre as águas, em torno da torre da igreja submersa que ainda se via em épocas de seca. Aplicando todos os saberes aprendidos nas grandes cidades sobre viver e comer de forma saudável e contando com um sistema de autogestão, os jovens conseguem implantar um sistema de piscicultura no açude. Forma-se uma cidadela alternativa e esperançosa sobre seu futuro, decidida a sustentar-se como uma comunidade autossuficiente, isolada dos desmandos de um país dividido pelos incessantes conflitos civis.

Com o passar dos anos, Canudos Sobre as Águas, como foi chamada, cresceu e consolidou-se como lugar de encontro para toda a juventude do Brasil e da América do Sul desejosa de construir suas próprias condições de soberania. Agora, além do deck flutuante sobre o açude, a cidade conta com a ocupação intensiva do esqueleto de concreto e ferro deixado pela obra nunca concluída do Museu da Seca e, também, das infraestruturas antes abandonadas do Parque Canudos. Trabalho, habitação e lazer, respectivamente, transformaram esses

lugares com o mínimo investimento e a máxima concatenação de esforços.

Em toda parte, fala-se de Canudos e seu ideal. A imagem de Antônio Conselheiro foi reinventada como símbolo gráfico, estampando a nota de maior valor da nova moeda única da América do Sul.

Mais uma vez, há luta, agora entre as famílias fundadoras da nova cidade. O crescimento econômico na quarta década do século XXII alimentou conflitos ideológicos e financeiros entre as linhagens responsáveis pela maior rede de produção de proteína animal do nordeste brasileiro. Após centenas de processos legais, os conflitos tomaram as ruas, resultando em uma balbúrdia que poderia ser identificada como princípio de uma guerra civil. Em uma atitude desesperada, a frente mais idealista do conflito resolveu implodir as barragens que mantinham represadas as águas do açude original de Canudos e dos outros oito açudes construídos com apoio do governo estadual. A inundação tomou toda a região, matando mais de trezentas mil pessoas e criando o maior lago artificial do planeta onde outrora havia apenas o solo seco do sertão.

Cinquenta anos depois da tragédia, as famílias dos sobreviventes transformam um povoado em uma nova cidade, chamada, simplesmente, Canudos. Há mais de duzentos quilômetros e quatrocentos anos do assentamento original, vive-se

com recursos paupérrimos, graças aos programas de suporte à miséria promovidos pelas agências humanitárias internacionais. Sem futuro, a população só teme uma coisa: estar destinada a guardar mais história.

Paulo Miyada (São Paulo, 1985). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Curadoria do Instituto Tomie Ohtake desde 2011. Arquiteto e urbanista pela FAU-USP, onde realizou seu mestrado na área de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. Trabalhou como assistente de curadoria da 29a Bienal de São Paulo (2010), compôs a equipe curatorial do programa Rumos do Itaú Cultural 2011-13.